

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2020

Apensado: PL nº 1.926/2021

Institui o mês de Maio como "Mês Ouro", mês de conscientização sobre a família como o berço da saúde, do fortalecimento dos vínculos familiares e da promoção da convivência familiar.

Autor: Deputado DIEGO GARCIA

Relatora: Deputada JULIA ZANATTA

I - RELATÓRIO

Chegou a esta comissão o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da Deputado Diego Garcia, cujo objetivo é instituir o mês de Maio como "Mês Ouro", mês de conscientização sobre a família como o berço da saúde, do fortalecimento dos vínculos familiares e da promoção da convivência familiar.

A proposição foi distribuída, através de despacho não assinado, às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania, nessa ordem.

O projeto tramita em regime ordinário, em razão do art. 151, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e está sujeito à apreciação conclusiva das comissões, por força do art. 24, inciso II do mesmo diploma legal.

À proposição, foi apensado o PL nº 1.926, de 2021, de autoria coletiva, mas cujo primeiro signatário é o Dep. Enrico Misasi, e cuja ementa é: "*Dispõe sobre políticas públicas para fortalecimento de vínculos familiares e garantia de convivência familiar e comunitária.*"

Na comissão de mérito – Seguridade Social e Família –, as proposições foram aprovadas, na sessão do dia 19 de outubro de 2022, seguindo voto da



* C D 2 4 3 8 6 0 2 2 5 2 0 * LexEdit

lavra da Dep. Carmen Zanotto, nos termos de substitutivo, que funde as duas proposições.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Conforme determinou o despacho de distribuição da proposição, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se exclusivamente quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e quanto à técnica legislativa empregada na elaboração da proposição em tela.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, não temos restrições à livre tramitação da matéria, vez que é da competência constitucional da União legislar no sentido do fortalecimento da entidade familiar, por força dos arts. 226 e ss. da Carta Constitucional atualmente vigente. Ademais, o Congresso Nacional é instância legítima para a apreciação de temas dessa natureza (Const. Fed., art. 48). Por fim, vale lembrar que a iniciativa da proposição também se coaduna com a previsão constitucional (Const. Fed., art. 61).

No que diz respeito à juridicidade, de igual modo temos que os PLs 18, de 2020 e 1.926, de 2021 não afrontam princípio estabelecido ou observado pelo nosso ordenamento jurídico. Pelo contrário, as proposições guardam pertinência com os princípios e padrões normativos consagrados no direito brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, submetemos ao substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, uma subemenda de técnica legislativa a fim de alterar o art. 6º do substitutivo daquela Comissão com vistas a substituir o termo “maio” por “dezembro”, no que concerne a Lei Complementar nº 95, de 1998 e suas alterações posteriores.

Destarte, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, do PL nº 18, de 2020; do PL nº 1.926, de 2021, bem como o substitutivo da Seguridade Social e Família.

É como votamos.



* C D 2 4 3 8 6 0 2 2 5 2 0 0 *

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada JULIA ZANATTA
Relatora

Apresentação: 21/03/2024 18:19:14.080 - CCJC
PRL 3 CCJC => PL 18/2020

PRL n.3



LexEdit

* C D 2 2 4 3 8 6 0 2 2 5 2 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243860225200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2020. SUBEMENDA N° 1 AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Dê-se ao art. 6º do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família a seguinte redação:

“Art. 6º O mês de **dezembro** fica instituído como o “Mês Ouro”, de comemoração da família como berço da saúde individual e do tecido social.”

Sala da Comissão, em

Deputada Júlia Zanatta.

Relatora

